



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA
DA PRESIDÊNCIA

Intervenção da Ministra da Presidência no debate sobre política setorial

- 16 de dezembro de 2022 -

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Aquando da apreciação do Programa do Governo, afirmámos a nossa ambição de dar resposta a uma conjuntura exigente sem colocar em causa os compromissos assumidos no programa sufragado pelos portugueses.

Nestes 8 meses e meio muito foi feito no cumprimento do Programa do Governo nas áreas pelas quais esta equipa responde nesta assembleia.

Na área da Administração Pública, foram tomadas medidas que cumprem o duplo desígnio de reforçar os salários e valorizar as carreiras, com equidade e previsibilidade, e de rejuvenescer os quadros:

- Foram criadas condições para atrair mais talento, valorizando à entrada os graus de licenciado e doutor e promovendo a valorização adicional aos titulares de doutoramento que já integram a Administração Pública;
- Foi possível alcançar um acordo plurianual de valorização dos rendimentos e carreiras dos trabalhadores em funções públicas, o primeiro desde 1999, assegurando a previsibilidade dos rendimentos dos trabalhadores num contexto de elevada volatilidade e incerteza e



prevendo um aumento de 20% dos rendimentos até 2026, em linha com o acordado em sede de Concertação Social;

- Foi garantida, já em 2023, uma valorização global dos salários de 5,1%, englobando as diferentes componentes remuneratórias, onde se inclui um aumento anual equivalente a um nível remuneratório - cerca de 52€ - numa valorização salarial que varia entre os 8 e os 2% para todos os trabalhadores da AP;
- Esta valorização significa que todos os trabalhadores terão um aumento de pelo menos 208€ ao longo dos 4 anos de legislatura;
- À atualização dos níveis remuneratórios acresce o cumprimento de outra das medidas estruturantes do Programa do Governo: a revisão da Tabela Remuneratória Única, obedecendo a princípios de valorização das diferentes carreiras e de justa diferenciação remuneratória entre elas, garantindo uma diferença de 100 euros entre a carreira de Assistente Operacional e a carreira de Assistente Técnico e uma diferença de 500 euros entre a carreira de Assistente Operacional e a carreira de Técnico Superior, num processo faseado ao longo da legislatura:
 - Para a carreira de Técnico Superior (a partir de jan23): um salto remuneratório adicional, totalizando um aumento de 104,22 € em 2023 – aumento médio de 5,6%;
 - Para a carreira de Assistente Técnico (a partir de jan23): um salto remuneratório adicional totalizando um aumento de 104,22 € em 2023 - aumento médio de 10,7%;
 - Para a carreira de Assistente Operacional: uma diferenciação remuneratória de 1 ou 2 níveis para quem tenha mais de 15 e 30 anos de



serviço, respetivamente, que, já a partir de 2023, beneficia 38 mil assistentes operacionais (26% do total) e conjugada com a valorização remuneratória, representa um aumento médio de 9,8% em 2023.

- O acordo de valorização dos rendimentos e carreiras inclui ainda duas outras medidas que concorrem igualmente para a valorização global dos rendimentos:
 - A subida do subsídio de refeição para 5,2€, com efeito desde outubro de 2022;
 - A implementação da regra de acumulação dos pontos sobranes do SIADAP para efeitos de alteração do posicionamento remuneratório.

Esta é uma proposta equilibrada, que valoriza as carreiras da Administração Pública, com equilíbrio, sem colocar em causa a responsabilidade orçamental. Garantindo assim sustentabilidade para este percurso que reconhece os trabalhadores como o primeiro e grande determinante da qualidade dos serviços públicos.

Na área do Planeamento, mantivemos o objetivo de garantir o pleno aproveitamento dos fundos europeus:

- Prosseguimos a implementação do Plano de Recuperação e Resiliência nos termos em que estava programado, tal como a Comissão Europeia confirmou com a validação, em maio, do cumprimento dos 38 marcos e metas definidos até ao final de 2021, e que permitiu o pagamento do primeiro desembolso;



- E é o que a Comissão Europeia confirmou esta manhã mesmo. Que Portugal cumpriu com sucesso os 20 marcos e metas associados ao segundo pedido de desembolso apresentado em setembro;
- Com esta validação, estarão verificados 17% dos marcos e metas do PRR, os quais têm já uma tradução relevante na vida de centenas de milhares de portugueses, seja diretamente, seja através do desempenho das empresas ou da melhoria e alargamento de serviços públicos;
- O Governo tem consciência da pressão que a conjuntura exerce sobre a execução do PRR, que já à partida era bastante exigente.
- Em conformidade, o Governo tem atuado em duas frentes:
 - Numa primeira frente, atuando para minimizar os impactos da conjuntura nos diferentes projetos do PRR, de que é exemplo a aprovação do diploma que permite a revisão de preços nos contratos bem como a prorrogação dos prazos contratuais;
 - Numa segunda frente, aproveitando o exercício de revisão e reprogramação do PRR tendo em vista uma melhor adaptação dos investimentos aos atuais constrangimentos, comuns a todos os países europeus.

Ainda na área no Planeamento:

- O Governo submeteu e viu ser aprovado, em julho, o Acordo de Parceria que estabeleceu as grandes linhas orientadoras para a aplicação dos 23 mil milhões de euros do próximo Quadro Financeiro Plurianual;
- E ontem mesmo a Comissão Europeia anunciou que todos os Programas Operacionais que concretizam o Acordo de Parceria estão aprovados;



- E, também ontem, o Governo aprovou um modelo de governação que responde às exigências de execução deste ciclo de programação, responde às expectativas de articulação com a sociedade civil e responde ao imperativo de transparência na alocação de recursos públicos;
- O Governo está ainda empenhado em fechar o PT2020, garantindo a sua plena execução até ao final de 2023;
- Em linha com o previsto pela Comissão Europeia, o encerramento requer medidas específicas como uma monitorização mais próxima e regular das metas definidas ou o recurso à Bolsa de Recuperação;
- A reprogramação dos Programas Operacionais será realizada por forma a ajustar os Programas aos diferentes níveis de procura dos vários instrumentos.

Este percurso de pleno aproveitamento dos fundos europeus permitirá robustecer o Estado Social e modernizar a nossa economia.

Robustecer o Estado Social:

- Protegendo o SNS, conferindo-lhe capacidade para dar mais e melhores respostas às necessidades dos portugueses;
- Reforçando as políticas públicas de habitação delineadas desde 2018, orientadas para a resolução das carências habitacionais graves e a melhoria do acesso à habitação pelas famílias da classe média;
- Alargando e qualificando as respostas sociais, particularmente as respostas orientadas para a infância e para os mais idosos.

E modernizar a nossa economia:



- Continuando a aposta no capital humano, melhorando as condições de acesso e frequência dos diferentes ciclos de estudos, sem esquecer a educação de adultos;
- Melhorando as condições para a transferência de conhecimento para o nosso tecido produtivo; e
- Acelerando a orientação das nossas empresas para as transições climática e digital.

Também no domínio do Planeamento, porque esta área não se esgota na boa aplicação dos fundos comunitários:

- Criámos a Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública, que institucionaliza um espaço de trabalho colaborativo de natureza intersectorial;

Esta rede irá facilitar o trabalho de natureza transversal e será promotora de sinergias entre os diferentes organismos que nas diferentes áreas governativas têm competência de planeamento;

- Quando falamos na crescente complexidade dos problemas que Portugal (e o mundo) atravessam, a qualidade da resposta das políticas públicas dependerá desta capacidade de fazer convergir conhecimento e competências das diferentes áreas.

Na área da Presidência do Conselho de Ministros, demos continuidade à estratégia de otimização de processos e promoção de sinergias:



- Apostando na modernização e simplificação dos serviços partilhados, designadamente no âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas;
- Robustecendo os centros de competências que dão maior autonomia técnica ao Estado com a redução da externalização de serviços;
- E reorganizando os serviços, com a promoção da concentração física das áreas governativas e dos serviços e organismos da Administração Pública.

Senhoras e Senhores Deputados,

O Programa do Governo afirmou o propósito do executivo de ter um Estado mais capacitado e mais eficaz na alocação dos recursos humanos e dos recursos financeiros.

Um Estado capaz de prestar cada vez mais e melhores serviços públicos universais que reduzem desigualdades e melhoram o ambiente de negócios. Um Estado ágil e transparente na concretização dos investimentos que qualificam os equipamentos públicos e que aceleram a transformação do tecido produtivo nacional.

É nesse objetivo que esta área governativa está empenhada. Ao serviço de um maior desenvolvimento económico e de uma maior coesão social. Ao serviço dos portugueses.